



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. CORONEL MEIRA)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão de Fiscalização e Direitos dos Presos do 8 de Janeiro – SUB8J, para dar continuidade à apuração de denúncias de violações de direitos humanos no contexto das prisões e processos decorrentes dos eventos de 8 de janeiro de 2023.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário, a realização de **Audiência Pública**, no âmbito da Subcomissão de Fiscalização e Direitos dos Presos do 8 de Janeiro – SUB8J, destinada a dar continuidade à apuração de denúncias de violações de direitos humanos no contexto das prisões e processos decorrentes dos eventos de 8 de janeiro de 2023.

Para o encontro, sugerimos a participação dos seguintes convidados:

- Sérgio Tavares, jornalista e escritor;
- Cláudio Caivano, advogado;





- Paulo Farias, advogado;
- Érica Viana de Souza, presa política;
- Alessandra Faria Rondon, presa política; e
- Sociedade civil.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 7 de agosto de 2025, esta Comissão realizou Audiência Pública para apurar denúncias relacionadas ao tratamento dado aos presos nos processos decorrentes dos eventos de 8 de janeiro de 2023.

Na ocasião, foram apresentados relatos contundentes e novas denúncias de violações de direitos humanos, incluindo condições degradantes de encarceramento, denúncias de tortura, utilização de provas questionáveis e em sua maioria ilegais, e manutenção de prisões preventivas por tempo excessivo, muitas vezes em desacordo com recomendações do próprio Ministério Público.

Diante da gravidade e da extensão dos casos apresentados, ficou evidente que ainda há um amplo conjunto de situações e denúncias a serem esclarecidas e testemunhos relevantes a serem ouvidos.

Isso porque os elementos colhidos na audiência anterior apontam para a necessidade de aprofundar as investigações e assegurar que todos os cidadãos, independentemente de posição política, tenham seus direitos constitucionais respeitados.

A preservação do Estado Democrático de Direito exige a apuração rigorosa de quaisquer abusos cometidos pelo poder público, especialmente quando envolvem privação de liberdade. Situações como as denunciadas, que incluem supostas práticas de perseguição política, cerceamento de defesa e tratamento desumano, não podem ser naturalizadas. Por isso, é papel desta





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Coronel Meira

Subcomissão garantir que a verdade seja trazida à luz e que medidas sejam tomadas para prevenir novas violações.

Assim, a continuidade das oitivas se justifica como etapa essencial para a coleta de informações, fiscalização das condições em que os presos políticos se encontram e a construção de soluções concretas para a reparação e prevenção de violações de direitos humanos, razões pelas quais solicito o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de agosto de 2025.

CORONEL MEIRA
Deputado Federal (PL/PE)

